

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 18.916.2014-80

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, exercício de 2013.

RESPONSÁVEIS: Daniel Queiroz de Sant'Ana e José Alberto Nunes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.023/2016

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE. DEFESA COMPLEMENTAR. PRINCÍPIO DA VERDADE REAL. APLICAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DOS ITENS III E VII, C E D, DO ANEXO II, DA RESOLUÇÃO-TCE N. 62/2008. REGULARIDADE COM RESSALVAS. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

1. Considerando o entendimento desta Corte de Contas, acerca da prevalência da busca da verdade real sobre o formalismo processual, é possível a juntada de defesa complementar, ainda que protocolizada a destempo, se o intuito é esclarecer as irregularidades detectadas.

2. Constatadas falhas formais que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial (ausência do Relatório Circunstanciado e a incompletude do Demonstrativo de Contratos), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

3. Prestação de Contas julgada regular, com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos processos acima identificados, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **1) JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, relativa ao exercício de 2013, de responsabilidade dos **SRS. DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA** e **JOSÉ ALBERTO NUNES**, valendo como ressalvas a: **1.1)** ausência do Relatório Circunstanciado e **1.2)** incompletude do Demonstrativo de Contratos; **2) NOTIFICAR** o atual Gestor da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**, acerca do teor do Acórdão proferido, bem como para que: **2.1)** promova as medidas

Processo TCE n.º 18.916.2014-80

Pág. 1 de 10

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

necessárias para cientificar os Convenientes acerca das disposições do Decreto Estadual n. 3.024/2011 e **2.2)** proceda ao efetivo acompanhamento da execução dos convênios firmados. Após, pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos.

Rio Branco – Acre, 29 de setembro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 18.916.2014-80

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, exercício de 2013.

RESPONSÁVEIS: Daniel Queiroz de Sant'Ana e José Alberto Nunes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**, relativa ao **EXERCÍCIO DE 2013**, de responsabilidade dos **SRS. DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA e JOSÉ ALBERTO NUNES**¹.
2. Em 05 de maio de 2014, por meio do Ofício N° 135/GAB/SEE (fl. 02), as contas foram enviadas a esta Corte, o que evidencia a tempestividade² de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, g, da Resolução-TCE n. 62, de 18 de julho de 2008³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 059, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação e o registro por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES, bem como a distribuição (fl. 73).
4. Encaminhados os autos à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO**, houve sua manifestação, após diligências, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **irregulares** as contas apresentadas (fls. 137/156).
5. Em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi determinada a citação dos Responsáveis, que apresentaram sua defesa às fls. 176/186 e Anexo 4 e sobre a qual a DAFO se manifestou em Relatório Técnico Conclusivo pela irregularidade das contas (fls. 190/203).

¹ Secretário e Secretário Adjunto de Educação e Esporte, respectivamente;

² Disponível em: <http://www.tce.ac.gov.br/portal/index.php/noticiario/362-nota>. Acesso em 13.nov.2015;

³ Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas dos documentos especificados nos Anexos I a VIII desta Resolução, respeitando os seguintes prazos:

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

g) Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral, Vice-Governador, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante da Polícia Militar;

Processo TCE n.º 18.916.2014-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

6. O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, por meio de seu i. Procurador, o Dr. João Izidro de Meto Neto, pronunciou-se às fls. 209/211, pela irregularidade das contas, bem como pela aplicação de multa, nos termos do artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, e, ainda, instauração de processo autônomo, visando acompanhar as providências adotadas para fins de ressarcimento ao erário, da quantia de R\$ 25.241,21 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte um centavos), que foi erroneamente aplicada durante a execução do Convênio n. 006/2013.

7. Em complemento à defesa oferecida, foram apresentados pelos Responsáveis os esclarecimentos de fls. 217/227 e 246/361 e Anexo 5, tendo sido deferida a juntada com fundamento no entendimento desta Corte de Contas, acerca da prevalência da busca da verdade real sobre o formalismo processual, e sobre os quais a **1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO** emitiu os Relatórios Técnicos de fls. 231/236 e 364/367, manifestando-se pela regularidade, com ressalvas das contas, valendo como ressalvas a ausência do Relatório Circunstanciado e a incompletude do Demonstrativo de Contratos, em desacordo com o previsto nos itens III e VII, c e d, do Anexo II, da Resolução-TCE n. 62/2008.

8. Por fim, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, por meio de seu i. Procurador, o Dr. João Izidro de Meto Neto, pronunciou-se às fls. 373/374, pela regularidade, com ressalvas, das contas apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte, consoante a manifestação da área técnica desta Corte de Contas.

9. É o Relatório.

10. Rio Branco, 29 de setembro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 18.916.2014-80

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, exercício de 2013.

RESPONSÁVEIS: Daniel Queiroz de Sant'Ana e José Alberto Nunes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE**, relativa ao **EXERCÍCIO DE 2013**, de responsabilidade dos **SRS. DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA e JOSÉ ALBERTO NUNES**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 62, de 18 de julho de 2008, desta Corte de Contas.

2. Neste caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a prestação de contas foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 62/2008, tendo sido encaminhada tempestivamente e munida da documentação prevista (artigo 2º e Anexo II, da mencionada Resolução) e necessária ao seu processamento;

a) o ROL DE RESPONSÁVEIS (fls. 07/25) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto nos artigos 7º e 8º da Resolução n. 62/2008-TCE, e nos demonstrativos contábeis, verifica-se que houve o cumprimento ao disposto no artigo 11 da mencionada norma (fl. 72)⁴.

b) houve o encaminhamento de RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA da Unidade (fls. 27/36), porém não ocorreu o envio do **RELATÓRIO**

⁴ "Art. 11. Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como, o número de seu registro profissional, regular, junto ao Conselho Regional de Contabilidade. Parágrafo único. Os demais documentos deverão conter o nome e a assinatura do responsável que os expediu." Processo TCE n.º 18.916.2014-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

CIRCUNSTANCIADO sobre o gerenciamento e a execução dos planos, programas, gastos e investimentos do período, dentro das respectivas áreas de competência, inclusive com estabelecimento comparativo das metas previstas com as efetivamente realizadas, contendo as atividades realizadas durante o exercício financeiro, nos termos do item III do Anexo II da Resolução-TCE n. 62/2008⁵. A referida falha, embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, pode ser classificada como ressalva, nos termos do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁶.

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais (fls. 157/164, do Anexo 1) no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos no Anexo 21 (fl. 71);

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2013, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 2.678, de 27-12-2012 e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 293.965.132,07 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e sete centavos), **quedou prevendo uma dotação final de R\$ 348.512.596,52 (trezentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos)**⁷, tudo em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12 (fl. 65), o qual foi elaborado em sintonia com o previsto no artigo 102, da Lei n. 4.320/64, demonstra que houve o *deficit* de

⁵ III – Relatório circunstanciado sobre o gerenciamento e a execução dos planos, programas, gastos e investimentos do período, dentro das respectivas áreas de competência, estabelecendo comparação das metas previstas com as realizadas, avaliação dos resultados obtidos, indicando as unidades responsáveis pela execução;

⁶ Art. 51 - As contas serão julgadas:

II - regulares com ressalva, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;

⁷ Créditos suplementares: R\$ 369.015.779,27

Anulações: R\$ 314.468.314,82

Processo TCE n.º 18.916.2014-80

R\$ 13.914.300,04 (treze milhões, novecentos e catorze mil, trezentos reais e quatro centavos), mesmo considerando o *superavit* financeiro descrito no Balanço Patrimonial à fl. 68 (R\$ 24.368.460,77 - R\$ 10.454.160,73). Contudo, pelo Balanço Financeiro de fl. 66 e após a apresentação de defesa, esclarecendo que a existência de receita extra orçamentária de transferências financeiras, oriundas da prescrição de restos a pagar, permitiu a execução da despesa dentro dos limites orçamentário e financeiro da Unidade, durante o exercício de 2013, não há falha a ser apontada, consoante apontado no Relatório Técnico às fls.191/192;

e.2) o BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13 (fl. 66), elaborado em consonância com o artigo 103, da Lei n. 4.320/64, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo do exercício de 2013 foi devidamente confirmado pelos extratos e conciliações bancários apresentados;

e.3) quanto ao BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14 (fl. 68), elaborado em consonância com o artigo 105, da Lei n. 4.320/64, evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial de R\$ 324.994.127,36 (trezentos e vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e sete reais e trinta e seis centavos);**

e.4) a DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15 (fl. 69), cuja previsão encontra guarida no artigo 104, da Lei n. 4.320/64, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, apresentando o *superavit* de R\$ 47.053.341,52 (quarenta e sete milhões, cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos), resultado obtido considerando os totais das Variações Ativas (R\$ 380.485.941,52) e das Variações Passivas (R\$ 333.432.600,00).

Por ocasião da análise preliminar da DVP, constatarem-se divergências nas contas “bens móveis”, “bens imóveis” e “almoxarifado”, que foram esclarecidas após as justificativas apresentadas, consoante se vê, respectivamente, nos Relatórios Técnicos às fls. 364/365, 193/194 e 231/232.

f) prosseguindo, quanto à **DÍVIDA PÚBLICA**, constituída apenas de Dívida Flutuante (fl. 70), apresentou no final do exercício de 2013, o montante de R\$ 30.466.240,70

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(trinta milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e setenta centavos), e havia saldo suficiente para o seu pagamento;

g) os DEMONSTRATIVOS DAS LICITAÇÕES REALIZADAS (fls. 166/188, do Anexo 1); **BEM COMO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES CELEBRADOS** (fls. 40/82, do Anexo 5 e 190/192, do Anexo 1); **DAS OBRAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO** (fls. 20/24, do Anexo 2 e 338/350) e **DAS CONCESSÕES DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS** (84/107, do Anexo 4) foram apresentados, estando atendida a previsão do Anexo II, itens VI, VIII e IX, da Resolução n. 62/2008-TCE/AC. Quanto ao DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS, observou-se que as informações quanto ao objeto das avenças e ao valor inicial, seus reajustes e aditivos (alíneas c e d do item VII do Anexo II) não foram apresentadas, podendo ser classificada como ressalva a noticiada falha.

h) também, em cumprimento ao previsto no item X do Anexo II da Resolução-TCE/AC n. 62/08, foi encaminhado o DEMONSTRATIVO DE RECURSOS ESTADUAIS CONCEDIDOS A ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (fls. 03, do Anexo 2 e 351/361), que totalizaram no exercício R\$ 9.465.700,82 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos reais e oitenta e dois centavos), tendo sido analisados os Convênios n.^{os} 006, 016 e 043, todos do exercício de 2013⁸, devendo-se ressaltar que as falhas detectadas foram sanadas pelos Responsáveis, inclusive houve a devolução pelo Conveniente (Obras Sociais da Diocese de Rio Branco) do montante de R\$ 25.241,21 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos), cuja aplicação foi distinta do objeto do Convênio n. 006/2013 (fls. 84/88, do Anexo 5).

Por oportuno, faz-se necessário que os convenientes observem o disposto no Decreto Estadual n. 3.024, de 16-12-2011, que estabelece normas relativas a transferências de recursos do Estado do Acre mediante convênios e termos de cooperação, cabendo aos concedentes o efetivo acompanhamento da execução dos convênios firmados, sendo necessária a notificação do atual Gestor para adoção de

8

N. DO CONVÊNIO	ENTIDADE	VIGÊNCIA	VALOR
006	Obras Sociais da Diocese de Rio Branco	31-10-2014	R\$ 100.000,00
016	Universidade Federal do Acre	1º-04-2017	R\$ 5.886.437,93
043	Federação Acreana de Atletismo	31-01-2014	R\$ 19.257,00

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

medidas suficientes à não repetição das inconsistências detectadas nestes autos e que embora sanadas, revelou ser imprescindível a melhor gestão dos recursos públicos destinados aos convênios realizados.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, pela:

3.1) aprovação da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, relativa ao exercício de 2013, de responsabilidade dos Srs. Daniel Queiroz de Sant'Ana e José Alberto Nunes, considerando-a regular com ressalvas, valendo como ressalvas: 3.1.1) ausência do Relatório Circunstanciado e 3.1.2) incompletude do Demonstrativo de Contratos;

3.2) notificação do atual Gestor da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, acerca do teor do Acórdão que vier a ser proferido, bem como para que: 3.2.1) promova as medidas necessárias para cientificar os Convenientes acerca das disposições do Decreto Estadual n. 3.024/2011 e 3.2.2) proceda ao efetivo acompanhamento da execução dos convênios firmados,

3.3) Remessa dos autos ao arquivo, após as formalidades de estilo.

4. É como Voto.

5. Rio Branco, 29 de setembro de 2016.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 18.916.2014-80

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, exercício de 2013.

RESPONSÁVEIS: Daniel Queiroz de Sant'Ana e José Alberto Nunes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.257ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 29 de setembro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéia Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Decisão: o Colegiado decidiu, **à unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 378)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora